

Renda e Condições de Vida no contexto do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – análise da participação feminina no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul



paz no plural

SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXVIII SIC

Isabela Klitzke Dalacorte

Graduanda em Ciências Econômicas (UFRGS)

Leonardo Xavier da Silva

Professor e Orientador (UFRGS)



INTRODUÇÃO

- O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) propõe um conjunto de sete dimensões (indicadores), com o intuito de auxiliar no monitoramento de questões referentes a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)
- Um dos projetos do Observatório Socioambiental de Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN) é a elaboração de um banco de dados que engloba as sete dimensões sugeridas no PLANSAN.
- A Dimensão III, designada *Renda e Condições de Vida*, é composta por seis variáveis com dados a nível municipal do estado do Rio Grande do Sul.
- Dentre essas variáveis estão o *Número de Empregos Femininos Formais* e o *Número de Trabalhadores Formais*.
- A partir disso, analisa-se a participação feminina no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul e sua influência e consequências no contexto da SAN.

METODOLOGIA

- Baseada no PLANSAN 2012-2015, elaborado pela Câmara Interministerial de SAN (CAISAN).
- Os dados das tabelas *Número de Empregos Femininos Formais* e o *Número de Trabalhadores Formais* foram coletados do banco de dados virtual da Fundação de Estatística e Economia (FEE), o qual tem como fonte o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), no período que agrega de 2008 a 2013, a nível municipal.
- Construção da tabela que contém a *Relação entre o Número de Empregos Formais Femininos e o Número de Empregos Formais Totais*, para a totalidade municípios do RS, através dos dados coletados. A razão foi calculada e transformada em percentual.
- O valor de 50% é utilizado, nessa análise, como parâmetro de igualdade na participação no mercado de trabalho formal Do Rio Grande do Sul, entre os sexos feminino e masculino.

OBJETIVOS

- Traçar um perfil da participação da mulher no mercado de trabalho formal, na unidade do município e em termos do estado do Rio Grande do Sul, investigando as possíveis causas de percentuais muito baixos ou elevados. Averiguar as tendências e/ou discrepâncias de dados, e, quando possível, realizar inferências importantes sobre estes.

- Verificar, em média, a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho formal durante o período da série temporal, de 2008 a 2013, e analisar a trajetória dos dados.
- Através da análise dos dados, encontrar indicadores que possam relacionar a participação da mulher no mercado de trabalho formal com a presença de maior/menor segurança alimentar e nutricional.

RESULTADOS PRELIMINARES

- A participação feminina no mercado de trabalho formal, em linhas gerais, ainda não é igualitária, excetuando os locais onde os números apontam mais de 50%. (**Gráfico 1**) -> Observa-se que menos da metade da totalidade dos municípios atinge a igualdade de gênero no mercado de trabalho formal.
- Ressalta-se que há uma evolução na participação da mulher no mercado de trabalho formal, em média, durante a série de dados utilizada (2008-2013), a qual é representada pelo **Gráfico 2**.

Gráfico 1

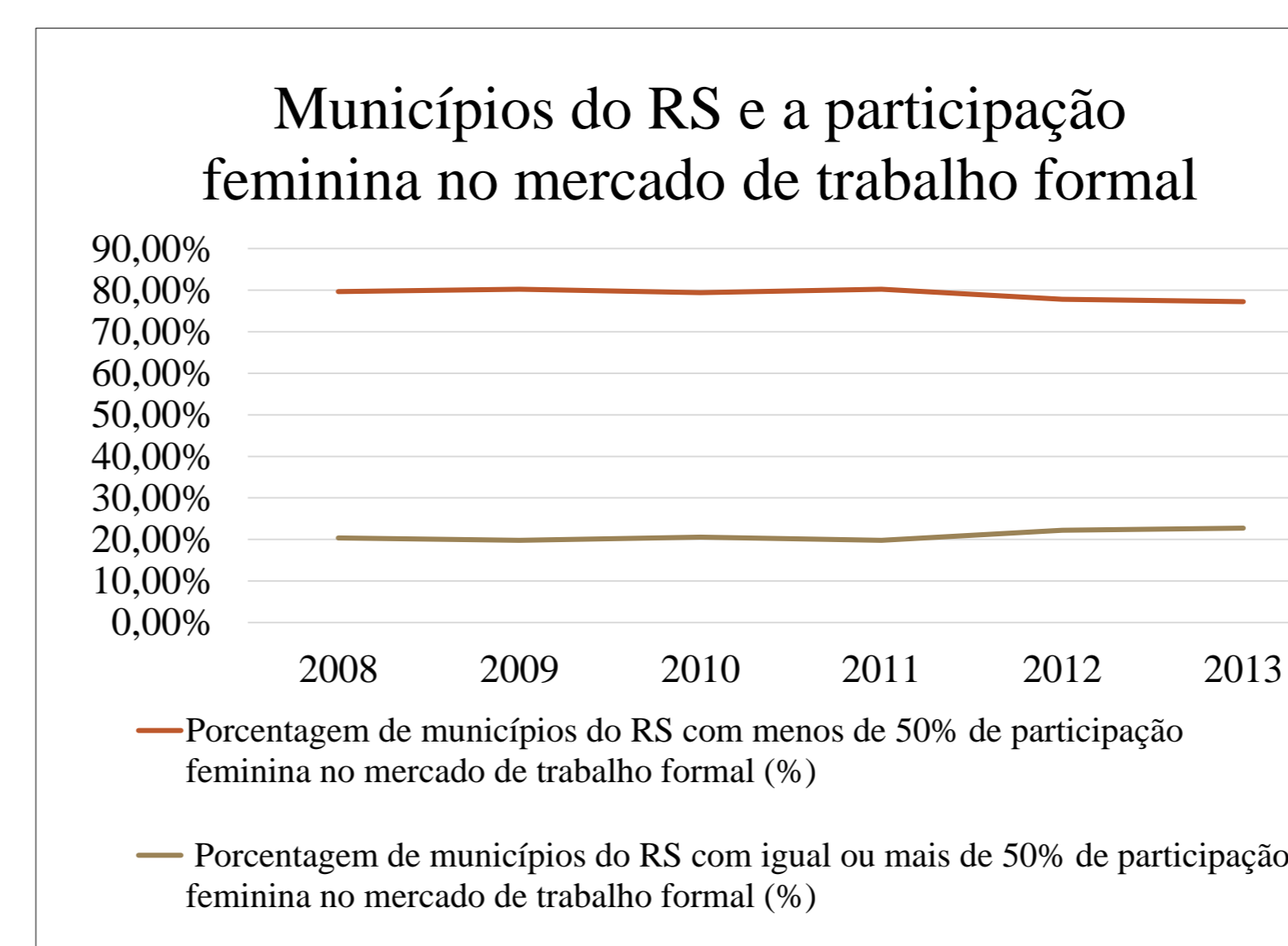
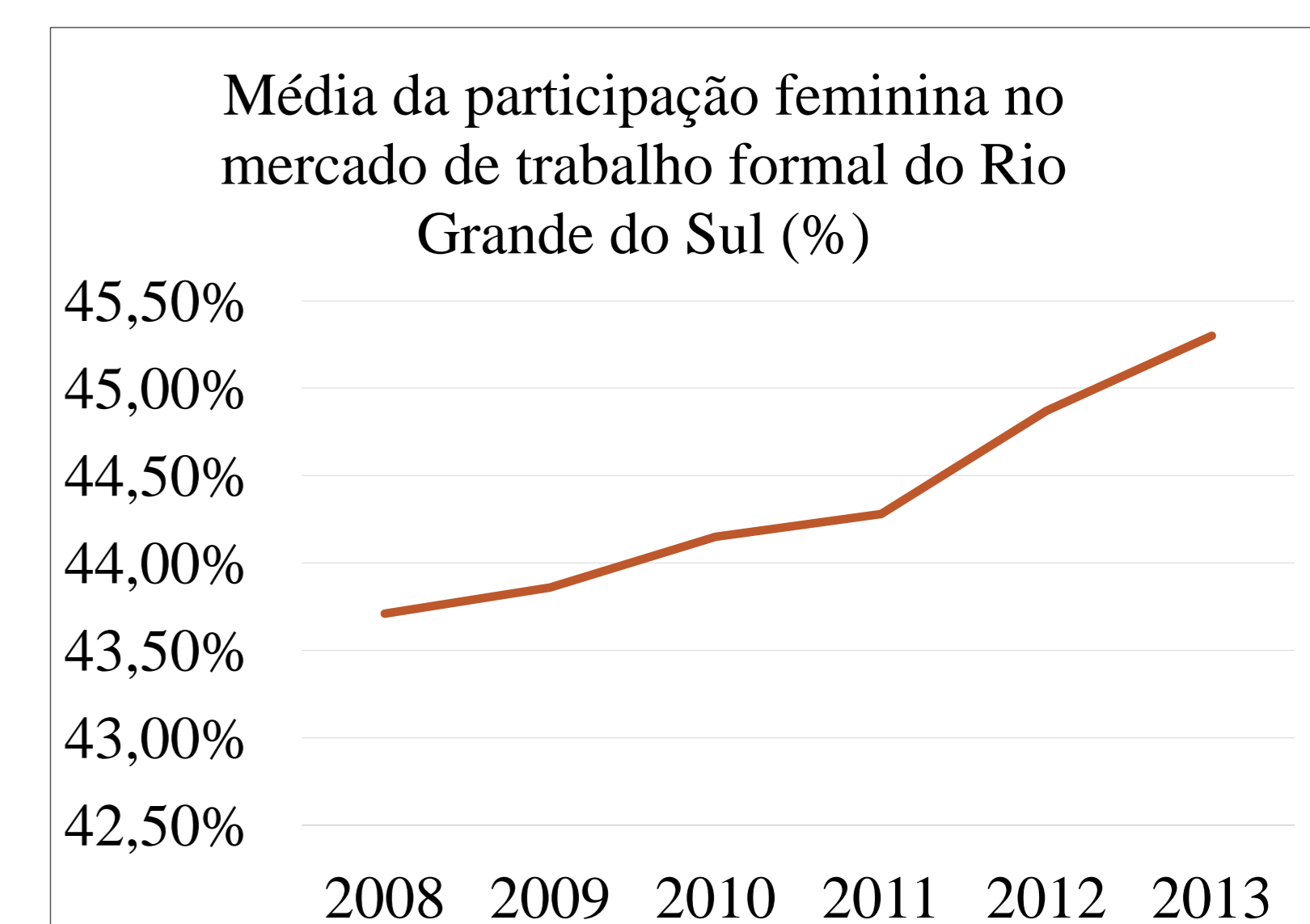


Gráfico 2



- No contexto da SAN, segundo os *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional* elaborados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as desigualdades econômicas, de gênero e étnicas, bem como o acesso diferenciado aos bens e serviços públicos, são fatores determinantes da situação de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

- **Censo Demográfico 2010**. Rio Grande do Sul: IBGE, 2016.
- **Ministério do Trabalho e Emprego**. RAIS. *Número de Empregos Femininos Formais e o Número de Trabalhadores Formais*, série histórica: 2008-2013.
- **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015** – Brasília, DF: CAISAN, 2011.
- **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. CONSEA - Brasília, Julho de 2004.